

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 6 de novembro de 2025 • Nº 2175 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

JUROS NAS ALTURAS

Copom mantém taxa de juros em 15% ao ano

O recuo da inflação e a desaceleração da economia fizeram o Banco Central (BC) não mexer nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em

15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro. Em nota, o BC informou que o ambiente externo se mantém incerto por causa da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condi-

ções financeiras globais. No Brasil, destacou o comunicado, a inflação continua acima da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica, o que indica que os juros continuarão alto por bastante tempo. **PÁGINA 2**

MENINAS

Câmara aprova projeto que dificulta abortos legais

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira, por 317 votos a 111, o projeto de Decreto Legislativo (PDL-03) que dificulta a realização de abortos em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O texto seguirá para análise do Senado. O projeto, de autoria da deputada Chris Tonietto (PL-RJ), susta decisão do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda) sobre o tema. O projeto teve parecer favorável do relator, o deputado Luiz Gastão (PSD-CE). Em nota à imprensa, ontem, o Ministério das Mulheres demonstrou preocupação com o projeto que vetaria a resolução do Conanda sobre as diretrizes para o atendimento humanizado e prioritário de meninas vítimas de estupro na rede de saúde. De acordo com o governo, a decisão do conselho busca garantir a aplicação de direitos já existentes em lei. “O PDL, ao anular essa orientação, cria um vácuo que dificulta o acesso dessas vítimas ao atendimento e representa um retrocesso em sua proteção”. **PÁGINA 7**

ATAQUE NAS RUAS

Presidenta do México é vítima de assédio

PÁGINA 8

DENÚNCIA

Líder do PT recorre ao Supremo contra Castro

PÁGINA 4

POR UNANIMIDADE

Senado aprova isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil



RICARDO STUCKERT/PR

O plenário do Senado aprovou, por unanimidade, ontem, o projeto de lei 1087/2025 que isenta do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil mensais e aumenta a taxação de altas rendas. Se o texto for sancionado até o final do ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), a redução do IR passa a valer a partir de janeiro de 2026. O governo calcula que cerca de 25 milhões de brasileiros vão pagar menos impostos, en-

quanto outros 200 mil contribuintes terão algum aumento na tributação. Para compensar a perda de arrecadação, o projeto prevê uma alíquota extra progressiva de até 10% para aqueles que recebem mais de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês). O mpresidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) deve sancionar a legislação, na terça (dia 11), assim que retornar a Brasília. Lula está participando da COP30 em Belém. **PÁGINA 2**

MATANÇA



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Moraes manda PF investigar crime organizado no Rio de Janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que a Polícia Federal (PF) vai abrir um inquérito para investigar o crime organizado no Rio de Janeiro. A declaração do ministro foi feita na manhã de ontem a representantes de entidades que atuam em defesa de direitos humanos. O encontro foi marcado para tratar dos desdobramentos da Operação Contenção, realizada na capital fluminense e que deixou mais de 120 mortos. De acordo com o ministro, o inquérito da PF será direcionado para apuração do funcionamento de esquemas de lavagem de dinheiro e a infiltração de criminosos no poder público. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA 1,82% / 153.447,59 / 2.743,39 / Volume: 26.350.726.356 / Negócios: 3.906.793											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.				
GOLL54	5,09	-0,59	-0,03	REAG3	1,600	+22,14	+0,290	VULC3	20,23	-12,20	-2,81
ITSA4	11,80	+0,51	+0,06	SOND5	53,99	+19,84	+8,94	ODPV3	11,72	-8,29	-1,06
PETR4	30,85	+1,98	+0,60	DASA3	1,82	+14,47	+0,23	EQPA6	6,59	7,18	-0,51
PCAR3	3,79	0,00	0,00	CPLE5	14,00	+8,95	+1,15	TPIS3	4,42	-5,96	-0,28
ITUB4	40,13	+0,43	+0,17	VAM03	3,640	+8,66	+0,290	UNIP5	69,09	-5,36	-3,91
									Dow Jones	47.311	+0,48
									S&P 500	6.796,29	+0,37
									NASDAQ Composite	23.499,797	+0,65
									Nasdaq 100	25.620,031	+0,72
									Euronext 100	1.707,55	+0,09
									CAC 40	8.074,23	+0,08
									Salário mínimo	R\$ 1.412,00	
									Ufir-RJ	R\$ 4,5373	
									Taxa Selic		
									(17/09)	15%	
									TR		
									(06/11)	0,1759%	
									Poupança		
									(06/11)	0,6768%	
									IGP-M	0,42% (set.)	
									IPCA	0,48% (set.)	
									CDI	14,90% (17/09)	
									OURO		
									BM&F/grama/RJ	R\$ 694,14	
									EURO Comercial		
									Compra: 6,1569	Venda: 6,1575	
									EURO turismo		
									Compra: 6,2291	Venda: 6,4091	
									DÓLAR Ptax - BC		
									Compra: 5,3798	-0,09%	
									DÓLAR comercial		
									Compra: 5,3603	Venda: 5,3609	
									DÓLAR turismo		
									Compra: 5,3854	Venda: 5,5654	

MERCADOS

Otimismo sobre Copom e ganhos em NY levam Bolsa a 153 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) deu sequência ontem, a novos patamares históricos, saltando dois degraus em relação aos encerramentos anteriores, de segunda e terça-feira, quando havia fechado pela primeira vez na casa de 150 mil pontos. No melhor momento da sessão, o Índice Bovespa (Ibovespa) foi alçado aos 153.583,19 pontos (+1,91%), novo recorde intradia, e concluiu ontem aos 153.294,44 pontos, em alta de 1,72%. O índice havia iniciado a sessão aos 150.709,20 pontos e, na mínima do dia, desceu aos 150.296,28. O giro foi a R\$ 26,3 bilhões. Na semana, o Ibovespa agrega 2,51% e, no ano, acumula ganho de 27,44% - se 2025 terminasse nesta quarta, seria o maior avanço desde 2019, quando o índice da B3 subiu 31,58%.

A quarta-feira de novas máximas históricas foi também de avanço para as ações de primeira linha, inclusive Itaú (PN +0,43%), que divulgou na

noite de ontem balanço trimestral com ganho recorde - uma temporada de números muito bons para o banco, que já haviam sido antecipados pelo mercado e embutidos no preço do papel, que tendia a realizar lucros até quase o fechamento da sessão. Principal ação do Ibovespa, Vale ON subiu ontem 1,72%, enquanto Petrobras mostrou avanço de 1,81% na ON e de 1,98% na PN, e os altas nas ações das maiores instituições financeiras chegaram a 2,75%, em Unit do Santander, no fechamento. Destaque também para Bradesco PN, com avanço de 2,12% na sessão.

Na ponta vencedora do Ibovespa, Vamos (+8,66%), C&A (+8,51%) e Assaí (+5,54%). No lado oposto, CSN (-4,60%), Yduqs (-2,37%) e Motiva (-1,35%). Com o avanço do índice da B3 nesta quarta-feira, a série ganhadora chegou hoje a 11 sessões, igualando sequência vista na primeira quinzena de julho de 2024. E foi também a oitava renovação consecutiva de recorde de fechamento.

Dólar recua para R\$ 5,36 com apetite por divisas emergentes

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar exibiu queda firme no mercado local ontem, em meio a forte apetite ao risco no exterior. Além da redução dos temores de uma correção mais forte das bolsas americanas, que assustou na terça os investidores, divisas emergentes se beneficiaram da menor tensão comercial após a China anunciar suspensão de tarifas aos Estados Unidos, incluindo taxas adicionais sobre produtos agrícolas.

O real exibiu um dos melhores desempenhos entre divisas emergentes, ao lado do peso colombiano e do rand sul-africano. É dado como certo que, além de anunciar na noite desta quarta a manutenção da taxa Selic em 15%, o Comitê de Política Monetária (Copom) traga um comunicado que de-

sautorize apostas em cortes de juros ainda neste ano - o que mantém a atratividade do carry trade.

Com máxima de R\$ 5,4060 e mínima de R\$ 5,354, o dólar à vista encerrou o dia em queda de 0,69% cotado a R\$ 5,3614. Depois de ganhos de 1,08% em setembro, a moeda recua 0,35% nos três primeiros pregões de outubro, com duas sessões de baixa e uma de alta. No ano, as perdas são de 13,25%, o que faz o real liderar os ganhos entre divisas latino-americanas no período.

No ano, até o mês passado, o fluxo cambial está negativo em US\$ 12,558 bilhões. Houve no período entrada US\$ 41,715 bilhões pelo comércio exterior, ao passo que o segmento financeiro apresentou saídas de US\$ 54,274 bilhões.

MINAS

Assembleia aprova em 2º turno PEC que ajuda Zema a ‘entregar’ Copasa

ELISA CALMON/AE

A Assembleia Estadual de Minas Gerais (ALMG) aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dispensa a obrigação de referendo para validar a privatização da Copasa, companhia de saneamento do estado. Foram 48 votos favoráveis, o número mínimo exigido, e 22 contrários, em sessão marcada por discussões entre os deputados.

O próximo passo para a de-

sestatação é a avaliação do projeto de lei 4.380 pelos parlamentares mineiros. Assim como a PEC, o PL depende também de aprovação em plenário, com quórum qualificado, ou seja, o apoio de ao menos três quintos dos deputados estaduais.

A aposta é que a privatização da Copasa possa render capital político ao governador Romeu Zema (Novo), a exemplo do que ocorreu com Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo com a Sabesp.

POR UNANIMIDADE

Senado aprova isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O plenário do Senado aprovou, por unanimidade, ontem, o projeto de lei 1087/2025 que isenta do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil mensais e aumenta a taxa de altas rendas. Se o texto for sancionado até o final do ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a redução do IR passa a valer a partir de janeiro de 2026.

O governo calcula que cerca de 25 milhões de brasileiros vão pagar menos impostos, enquanto outros 200 mil contribuintes terão algum aumento na tributação. "É uma medida que dialoga com a vida real das pessoas", disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Para compensar a perda de arrecadação, o projeto prevê uma alíquota extra progressiva de até 10% para aqueles que recebem mais de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês). O texto também estabelece a tributação para lucros e dividendos remetidos para o exterior com alíquota de 10%.

O projeto foi encaminhado pelo governo em março ao Congresso e foi aprovado em outubro pela Câmara. O relator da proposta foi o senador Renan Calheiros (MDB-AL) (foto), que acatou apenas emendas dos senadores Eduardo Gomes (PL-TO) e Rogério Carvalho (PT-SE).

HISTÓRICO

O relator do projeto no Senado, Renan Calheiros, defendeu a proposta e destacou que a deci-



LULA MARQUES/ABRASIL

são seria histórica para o país. "O projeto do imposto zero é um dos mais importantes e mais aguardados dos últimos anos".

Renan apontou que a proposta do Executivo corrige injustiças e contribui para o bem-estar social "ao promover a justiça tributária, diminuir a carga de tributos que incide sobre a baixa renda e aumentar a carga incidente sobre os super ricos".

De acordo com o senador, o "imposto zero" vai beneficiar perto de 25 milhões de trabalhadores e será compensado pelo aumento da carga sobre 200 mil super ricos. "Os trabalhadores terão um ganho médio de R\$ 3,5 mil por ano".

Ele destacou que, para quem tem rendimentos entre R\$ 5 mil e R\$ 7,35 mil, haverá uma redução proporcional do imposto.

ENTENDA O PROJETO

Se for sancionado pelo presidente Lula ainda em 2025, a nova legislação isentará, a partir de janeiro do ano que vem, o imposto de renda sobre rendimentos mensais de até R\$ 5 mil para pessoas físicas e reduzirá parcialmente o imposto pago por quem ganha entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350.

Haverá uma alíquota mínima de IR para quem ganha a partir de R\$ 600 mil por ano. O texto prevê uma progressão, chegan-

do a 10% para rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão por ano, incluindo dividendos.

Outro ponto é que, a partir de janeiro de 2026, a entrega de lucros e dividendos de uma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em valor total maior de R\$ 50 mil ao mês ficará sujeita à incidência do IRPF de 10% sobre o pagamento, vedadas quaisquer deduções na base de cálculo.

Ficam de fora da regra, segundo o projeto, os pagamentos de lucros e dividendos cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, mesmo que o pagamento ocorra nos anos seguintes.

COPOM

Enquanto indústria definha, BC mantém juros para agradar bancos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O recuo da inflação e a desaceleração da economia fizeram o Banco Central (BC) não mexer nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Em nota, o BC informou que o ambiente externo se mantém incerto por causa da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais.

No Brasil, destacou o comunicado, a inflação continua acima da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica, o que indica que os juros continuarão alto por bastante tempo.

"O cenário atual, marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária. O comitê avalia que a estratégia de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta", destacou o BC.

O Copom não descartou a possibilidade de voltar a elevar os juros "caso julgue apropriado".

Essa é a terceira reunião seguida em que o Copom mantém os juros básicos. A taxa está no maior nível desde julho de 2006,

"O cenário atual, marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária."

BANCO CENTRAL

quando estava em 15,25% ao ano.

Após chegar a 10,5% ao ano em de maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de julho, sendo mantida nesse nível desde então.

INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em setembro, o IPCA acelerou para 0,48%, influenciada pela conta de energia. Com o resultado, o indicador acumula alta de 5,17% em 12 meses, acima do teto da meta contínua de inflação.

No entanto, o IPCA-15 de outubro, que funciona como uma prévia da inflação oficial, veio abaixo das expectativas. O indicador desacelerou por causa dos preços dos alimentos, que caíram

pelo quinto mês seguido.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em novembro de 2025, a inflação desde dezembro de 2024 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em dezembro, o procedimento se repete, com apuração a partir de janeiro de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de setembro pelo Banco Central, a

autoridade monetária diminuiu para 4,8% a previsão do IPCA para 2025, mas a estimativa pode ser revista, dependendo do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de dezembro.

CRÉDITO MAIS CARO

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último *Relatório de Política Monetária*, o Banco Central diminuiu de 2,1% para 2% a projeção de crescimento para a economia em 2025.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim *Focus*, os analistas econômicos preveem expansão de 2,16% do PIB em 2025.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

JUROS NAS ALTURAS

Manutenção da Selic em 15% ao ano preocupa setor produtivo brasileiro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de manter a taxa Selic em 15% ao ano gerou reações entre representantes da indústria, do comércio, da construção civil e do movimento sindical. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o nível elevado de juros sufoca a atividade econômica e isola o Brasil no cenário internacional, onde a maioria dos países já iniciou ciclos de redução.

Em nota, o presidente da CNI, Ricardo Alban, afirmou que a continuidade de uma política monetária “excessivamente contracionista” é prejudicial ao país.

“A Selic tem freado a economia muito além do necessário, uma vez que a inflação está em clara trajetória de queda. A taxa atual traz custos desnecessários, ameaçando o mercado de trabalho e o bem-estar da população”, destacou Alban.

Pesquisa inédita da CNI mostra que 80% das empresas industriais apontam os juros como o principal obstáculo ao crédito de curto prazo, enquanto 71% consideram a taxa o maior entrave ao financiamento de longo prazo.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor da construção também demonstrou preocupação. Em comunicado, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, afirmou que uma Selic elevada por longo período encarece o crédito imobiliário e inibe novos projetos.

“A construção é um dos setores mais sensíveis ao custo do crédito e à confiança do consumidor. Uma Selic de 15% torna muitos empreendimentos inviáveis”, avaliou.

Em outubro, a CBIC reduziu a projeção de crescimento do setor em 2025 de 2,3% para 1,3%, citando os impactos do ciclo prolongado de juros altos.

SINDICATOS

Centrais sindicais também

criticaram a decisão. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cada ponto percentual de aumento da Selic eleva em cerca de R\$ 50 bilhões os gastos públicos com juros da dívida.

“Estamos falando de quase R\$ 1 trilhão desviados para o rentismo, que poderiam ser investidos em saúde, educação e infraestrutura”, afirmou Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e vice-presidente da CUT.

A Força Sindical classificou o cenário como “era dos juros extorsivos”. Em nota, o presidente da central, Miguel Torres, afirmou que que a política do Banco Central compromete o consumo e a renda das famílias no fim do ano.

SUPERMERCADOS

Os juros altos também atraíram críticas do setor de supermercados. Segundo a Associação Paulista de Supermercados (APAS), o Brasil está na contramão do restante do planeta, que reduz juros.

“Temos hoje a segunda maior taxa real de juros do mundo, prejudicando os investimentos, o consumo das famílias e perpetuando os entraves estruturais ao desenvolvimento”, destacou o economista-chefe da entidade, Felipe Queiroz.

CAUTELA MONETÁRIA

Embora reconheça que os juros estão altos, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) considera que a política monetária responde a outros desafios. Segundo o economista da entidade, Ulisses Ruiz de Gamboa, a manutenção da Selic reflete um cenário de inflação ainda acima da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica e da valorização do real.

“Esse quadro, somado à expansão fiscal, à resiliência do mercado de trabalho e às incertezas externas, justifica uma postura monetária cautelosa”, justificou.

3º TRIMESTRE

Rede D'Or lucra R\$ 1,455 bi

A Rede D'Or reportou lucro líquido ajustado de R\$ 1,455 bilhão, alta de 19,8% em comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Com ajustes, o lucro da empresa totalizou R\$ 1,508 bilhão, alta anual de 19%.

O resultado é explicado pelo crescimento da receita líquida, avanço da operação hospitalar e melhora no desempenho da Su-

lamérica, parcialmente compensados por maiores despesas financeiras em razão do aumento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

No período, a receita líquida consolidada foi de R\$ 14,583 bilhões, crescimento de 10,4% na mesma base comparativa. A receita líquida da Su-lamérica foi de R\$ 8,457 bilhões, aumento de 10,8% ante

um ano. Já o segmento de hospitais, oncologia e outros teve receita de R\$ 6,126 bilhões, alta de 9,9%.

O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda) foi de R\$ 2,887 bilhões, avanço de 9,9% em base anual de comparação.

Ao final de setembro, a dívida líquida da Rede D'Or alcançou R\$ 16,975 bilhões, recuo de 0,9%

em relação ao verificado em setembro de 2024. A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 1,54 vez, ou 0,38 vez menor do que o observado no mesmo intervalo do ano anterior.

A Rede D'Or encerrou o terceiro trimestre com 784 mil pacientes-dia, alta de 10,1%, e 157 mil cirurgias realizadas, crescimento anual de 21,3%.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 333003289-80

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 71 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (“Resolução CVM 81”), ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação da 1ª (primeira) série de Debêntures (“Debenturistas”) da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, sob o rito automático de distribuição, da **GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.714.104/0001-07 (“Emissora”, “Emissão” e “Debêntures” respectivamente), emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito Automático de Distribuição, da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A.”, entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“Agente Fiduciário”) e a **EB FIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.**, na qualidade de fiadora (“Fiadora”), celebrado em 16 de julho de 2024, conforme aditada em 12 de agosto de 2024 (“Escritura de Emissão”), para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 9.1.1 da Escritura de Emissão, no dia 28 de novembro de 2025, às 10:00 horas, em assembleia geral de debenturistas (“Assamblea”), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia, através da plataforma digital **TEN** (“Plataforma Digital”), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar, nos termos da Cláusula 9.3.1 da Escritura de Emissão, o consentimento prévio (waiver) para a dispensa da apuração dos Índices Financeiros referentes aos exercícios sociais de 2025 e 2026, de forma que não seja configurado nenhum inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 6.1.3 inciso (xxii) da Escritura de Emissão (“Waiver Índice Financeiro”). A aprovação do Waiver Índice Financeiro implicará a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em caso de descumprimento dos referidos Índices Financeiros, devendo ser observados os termos e parâmetros previstos na Proposta da Administração a ser divulgada pela Emissora, exclusivamente em relação aos exercícios sociais que se encerrarão em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2026. **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na Assembleia. **Contrapartida Emissora:** Em contrapartida à aprovação das matérias previstas neste Edital de Convocação, os Debenturistas farão jus ao recebimento de um *waiver fee*, cujas condições de pagamento serão definidas na Proposta da Administração, a ser divulgada pela Emissora. **Informações Gerais: A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (<https://assembleia.ten.com.br/091689373>), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81: i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (“RG”), Carteira Nacional de Habilitação (“CNH”), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador,

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 333003289-80

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 71 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (“Resolução CVM 81”), ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação da 1ª (primeira) série de Debêntures (“Debenturistas”) da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, para distribuição pública, sob o rito automático de distribuição, da **GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.714.104/0001-07 (“Emissora”, “Emissão” e “Debêntures” respectivamente), emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A.”, entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“Agente Fiduciário”) e a **EB FIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.**, na qualidade de fiadora (“Fiadora”), celebrado em 17 de abril de 2025, conforme aditada em 09 de maio de 2025 (“Escritura de Emissão”), para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 9.1.1 da Escritura de Emissão, no dia **27 de novembro de 2025, às 10:00 horas**, em assembleia geral de debenturistas (“Assamblea”), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia, através da plataforma digital **TEN** (“Plataforma Digital”), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar, nos termos da Cláusula 9.3.1 da Escritura de Emissão, o consentimento prévio (waiver) para a dispensa da apuração dos Índices Financeiros referentes aos exercícios sociais de 2025 e 2026, de forma que não seja configurado nenhum inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 6.1.3 inciso (xx) da Escritura de Emissão (“Waiver Índice Financeiro”). A aprovação do Waiver Índice Financeiro implicará a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em caso de descumprimento dos referidos Índices Financeiros, devendo ser observados os termos e parâmetros previstos na Proposta da Administração a ser divulgada pela Emissora, exclusivamente em relação aos exercícios sociais que se encerrarão em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2026; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na Assembleia. **Contrapartida Emissora:** Em contrapartida à aprovação das matérias previstas neste Edital de Convocação, os Debenturistas farão jus ao recebimento de um *waiver fee*, cujas condições de pagamento serão definidas na Proposta da Administração, a ser divulgada pela Emissora. **Informações Gerais: A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (<https://assembleia.ten.com.br/072002090>), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81: i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (“RG”), Carteira Nacional de Habilitação (“CNH”), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador,

RTS RIO S/A

CNPJ 04.050.750/0001-29 - NIRE 33.3.0030628-5

ATA DA AGÉ: Data, Horário e Local: Aos 03/01/2025, às 14h, na sede da Sociedade, R. Nossa Senhora das Graças 943 Lt 3 Ramos - RJ CEP 21.031-611. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, diante da presença de Sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, estando, portanto, regularmente instalada a assembleia, a saber: (a) R.FERNEDA PARTICIPAÇÕES EIRELI, situada na Estr. da Gávea 696 sala 518- São Conrado – RJ, CEP 22.610-002, neste ato representada pelo seu sócio proprietário ROGERIO FERNEDA, brasileiro, natural do RS, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, C.I. nº 8022471241- SSP/RS, CPF nº 497.638.300-87, residente e domiciliado à R. Brusque, nº 45, Itanhangá, RJ, CEP22641-540. (b) ROGERIO FERNEDA, brasileiro, natural do RS, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, C.I. nº 8022471241- SSP/RS, CPF nº 497.638.300-87, residente e domiciliado à R. Brusque, nº 45, Itanhangá, RJ, CEP22641-540; **Mesa Diretora:** Assumiu a presidência da mesa o Sr. ROGERIO FERNEDA, que convidou a mim RICARDO ALEXANDRE RIBEIRO, para secretariar a reunião. **ORDEN DO DIA:** Deliberar sobre: composição da diretoria com mandato de 03 anos, conforme o §1º do art. 15º do Estatuto Social da Cia.. 1- Eleger para compor a DIRETORIA com mandato de 3 anos no período compreendido de 01/02/2025 a 31/01/2028, para o cargo de Diretor Presidente o Sr. ROGERIO FERNEDA, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, C.I. nº 8022471241- SSP/RS, CPF nº 497.638.300-87, residente e domiciliado à R. Brusque, nº 45, Itanhangá, RJ, CEP22641-540; e para o cargo de Diretor Financeiro o Sr LUIS FILIPE JAOLINO ALVES PINTO, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, contador, CPF nº 937.613.507-59, com endereço profissional a R. Nossa Senhora das Graças 943, Ramos, RJ, CEP 21031-611. 2- Registrar que a remuneração global dos membros da diretoria levará em consideração as regras estabelecidas no art. 152 da lei 6.404/76, e será posteriormente fixada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, se houver modificação ao já estabelecido. 3- Lavar a presente Ata em forma de sumário de deliberações. Deliberações: Após discutirem a matéria constante da ordem do dia, os sócios, representando a totalidade do capital social, por unanimidade e sem reservas, deliberam todas as ordens. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para a lavratura da presente Ata que lida, foi por todos assinada. Mesa: ROGERIO FERNEDA - Presidente da Mesa; RICARDO A RIBEIRO - Secretário da Mesa, Acionistas: ROGERIO FERNEDA - Presidente da Mesa; R.FERNEDA EIRELI - Secretário da Mesa. Jucerja nº 6742222 em 09/01/2025.

ATENTADO A SOBERANIA

PT recorre ao STF contra Cláudio Castro

RAISA TOLEDO/AE

O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), afirmou na segunda-feira passada, ter protocolado uma representação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a abertura de um inquérito contra o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). Lindbergh

acusou Castro de crime de traição e atentado à soberania nacional.

De acordo com o deputado, o governador fluminense encaminhou à Embaixada dos Estados Unidos documentos que detaham a atuação do Comando Vermelho e solicitam que a facção seja classificada como uma organização terrorista pelo governo norte-americano. Lindbergh afirma que Castro tam-

bém entregou o relatório à Agência Antidrogas (DEA) do País durante viagem aos EUA em maio.

"O que é grave é que isso foi feito à revelia do governo brasileiro. Foi uma articulação por fora para que o governo norte-americano unilateralmente designasse as organizações criminosas como terroristas", diz o parlamentar em vídeo publica-

do no X.

O líder petista criticou a eficácia da classificação no combate ao crime organizado. "Não muda nada, não aumenta a pena em nenhum dia, a única coisa que faz é abrir espaço para sanções e para uma intervenção estrangeira em nosso País". Ele elencou bloqueio de reservas e ativos bancários como outras possíveis consequências.

O PT pede que o STF determine a requisição dos relatórios trocados entre o governo estadual e autoridades norte-americanas e afaste preventivamente Castro do cargo para evitar novas tratativas. Também solicita que a Abin e a Controladoria-Geral da União atuem na preservação de dados e na apuração de possível vazamento de informações estratégicas.

Também na rede social X, o deputado Lindbergh Farias teceu críticas ao projeto de lei "antiterrorismo" da oposição e à possibilidade de que ele seja apensado (juntado) à proposta antifacção do governo.

"Uma coisa não tem nada a ver com a outra. O PL do deputado Danilo Forte (União-CE) equipara fenômenos distintos como facções e terroristas, e na

prática propõe exatamente federalizar o tráfico de drogas no Brasil, o que retira dos Estados a responsabilidade e transfere tudo para a União, como se os governadores pudessem 'terceirizar' o combate às facções"

Segundo o parlamentar, o projeto "não contribui em nada para o combate ao crime organizado e tampouco com a segurança concreta das pessoas."

Na última semana, o líder do PT na Câmara já havia acionado a Corte contra Castro por suposta interferência nas investigações da "Operação Carbono Oculto" e proteção de criminosos ligados à Refit. Lindbergh solicita a abertura de inquérito, a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Castro e o seu afastamento cautelar do cargo.

INTERFERÊNCIA EXTERNA

Especialistas consideram inadequada nota de apoio dos EUA ao Rio

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O comunicado enviado pelo governo norte-americano oferecendo “qualquer apoio que se faça necessário” à Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro não é um procedimento adequado, ainda que os EUA sejam reincentes em suas relações com níveis de governos subnacionais de outros países.

Especialistas consultados pela Agência Brasil lembram que situação similar já ocorreu no país, no caso da Lava Jato, sob a justificativa de contraterrorismo elavagem de dinheiro.

“Todo o imbróglio da Lava Jato se deu porque o Brasil estava tendo relações diretas com o FBI (Departamento Federal de Investigação dos EUA) por meio de autoridades do Ministério Público e até da Justiça”, lembra o cientista político, jornalista e professor de relações internacionais das Faculdades São Francisco de Assis (Unifin), Bruno Lima Rocha. Professor do Departamento de Estudos Latino-ameri-

canos da Universidade de Brasília (UnB), especialista em história latinoamericana, Raphael Lanna Seabra classifica a forma como o governo Trump ofereceu ajuda ao Rio de Janeiro como “incomum e inadequada” por envolver questões relacionadas à soberania.

A carta enviada à Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro foi assinada pelo representante da Divisão Antidrogas dos EUA, James Sparks. Ela manifesta as condolências do governo norte-americano pela perda de quatro policiais durante a Operação Contenção nos complexos do Alemão e da Penha.

A operação, entretanto, registrou 121 mortes.

Na sequência, colocou-se à disposição para “qualquer apoio que se faça necessário”.

“Isso não é algo que caiba ao governo dos Estados Unidos fazer. Afinal de contas, eles têm uma série de problemas com drogas também, com o narcotráfico e com grupos ilegais como a máfia.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 333003289-80

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 71 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (“Resolução CVM 81”), ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação da 2ª (segunda) série de Debêntures (“Debenturistas”) da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até 3 (três) séries, para distribuição pública, sob o rito automático de distribuição, da **GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.714.104/0001-07 (“Emissora”, “Emissão” e “Debêntures” respectivamente), emitidas nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A.*,” entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“**Agente Fiduciário**”) e a **EB FIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.**, na qualidade de fiadora (“**Fiadora**”), celebrado em 17 de abril de 2025, conforme aditada em 09 de maio de 2025 (“**Escritura de Emissão**”), para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 9.1.1 da Escritura de Emissão, no dia **27 de novembro de 2025, às 11:00 horas**, em assembleia geral de debenturistas (“**Assembleia**”), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia, através da plataforma digital **TEN** (“**Plataforma Digital**”), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar, nos termos da Cláusula 9.3.1 da Escritura de Emissão, o consentimento prévio (waiver) para a dispensa da apuração dos Índices Financeiros referentes aos exercícios sociais de 2025 e 2026, de forma que não seja configurado nenhum inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 6.1.3 inciso (xx) da Escritura de Emissão (“**Waiver Índice Financeiro**”). A aprovação do Waiver Índice Financeiro implicará a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em caso de descumprimento dos referidos Índices Financeiros, devendo ser observados os termos e parâmetros previstos na Proposta da Administração a ser divulgada pela Emissora, exclusivamente em relação aos exercícios sociais que se encerrarão em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2026; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na Assembleia. **Contrapartida Emissora:** Em contrapartida à aprovação das matérias previstas neste Edital de Convocação, os Debenturistas farão jus ao recebimento de um *waiver fee*, cujas condições de pagamento serão definidas na Proposta da Administração, a ser divulgada pela Emissora. **Informações Gerais: A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (<https://assembleia.ten.com.br/810830897>), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81: i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (“**RG**”), Carteira Nacional de Habilitação (“**CNH**”), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador,

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 333003289-80

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 71 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (“Resolução CVM 81”), ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação da 3ª (terceira) série de Debêntures (“Debenturistas”) da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, sob o rito automático de distribuição, da **GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.714.104/0001-07 (“Emissora”, “Emissão” e “Debêntures” respectivamente), emitidas nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito Automático de Distribuição, da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A.*,” entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“**Agente Fiduciário**”) e a **EB FIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.**, na qualidade de fiadora (“**Fiadora**”), celebrado em 16 de julho de 2024, conforme aditada em 12 de agosto de 2024 (“**Escritura de Emissão**”), para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 9.1.1 da Escritura de Emissão, no dia **28 de novembro de 2025, às 11 horas**, em assembleia geral de debenturistas (“**Assembleia**”), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia, através da plataforma digital **TEN** (“**Plataforma Digital**”), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar, nos termos da Cláusula 9.3.1 da Escritura de Emissão, o consentimento prévio (waiver) para a dispensa da apuração dos Índices Financeiros referentes aos exercícios sociais de 2025 e 2026, de forma que não seja configurado nenhum inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 6.1.3 inciso (xxii) da Escritura de Emissão (“**Waiver Índice Financeiro**”). A aprovação do Waiver Índice Financeiro implicará a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em caso de descumprimento dos referidos Índices Financeiros, devendo ser observados os termos e parâmetros previstos na Proposta da Administração a ser divulgada pela Emissora, exclusivamente com relação aos exercícios sociais que se encerrarão em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2026; **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na Assembleia; **Contrapartida Emissora:** Em contrapartida à aprovação das matérias previstas neste Edital de Convocação, os Debenturistas farão jus ao recebimento de um *waiver fee*, cujas condições de pagamento serão definidas na Proposta da Administração, a ser divulgada pela Emissora. **Informações Gerais: A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (<https://assembleia.ten.com.br/034753890>), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81: i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (“**RG**”), Carteira Nacional de Habilitação (“**CNH**”), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador,

IBCONT – INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE COOPERATIVISTA E SINDICAL
CNPJ 06061695/0001-06

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados todos os associados do IBCONT – INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE COOPERATIVISTA E SINDICAL, para a assembleia a ser realizada no dia 28 de novembro de 2025, às 9h30min, em primeira convocação e última convocação, às 10h00min, na Av. Ernani do Amaral Peixoto, nº 334, sala 901, Centro, Niterói/RJ, para eleição dos membros efetivos deste Instituto. Niterói, 06 de novembro de 2025.

Jose Ribamar do Amaral Cypriano - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

Data de Abertura: 19/11/2025
Horário: 10:00h
Plataforma eletrônica:
www.licitanet.com.br

Unidades Contratantes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para produção de evento, incluindo montagem, manutenção e desmontagem de elementos cenográficos, estruturas decorativas e sistemas de iluminação cênica e temática, bem como apresentação através de recepção do papai noel e seus ajudantes, todos os itens a serem utilizados nas áreas destinadas à realização do natal 2025, em espaços públicos internos e/ou externos do município.

Valor estimado

R\$ 3.767.914,44 (Três milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos).

Registro de Preços?	Visita Técnica/ Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Sim	Sim	Aberto	Menor Valor Global
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim

Intervalo mínimo de diferença entre lances

0,5% (meio por cento)

Agente de contratação
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez
(portaria nº 510/2025, de 03 de fevereiro de 2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4121/24 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal LICITANET e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.licitanet.com.br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

MENINAS

Câmara aprova projeto que dificulta abortos legais

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira, por 317 votos a 111, o projeto de Decreto Legislativo (PDL-03) que dificulta a realização de abortos em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O texto seguirá para análise do Senado.

O projeto, de autoria da deputada Chris Tonietto (PL-RJ), susta decisão do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda) sobre o tema.

O projeto teve parecer favorável do relator, o deputado Luiz Gastão (PSD-CE). Em nota à imprensa, ontem, o Ministério das Mulheres demonstrou preocupação com o projeto que vetaria a resolução do Conanda sobre as diretrizes para o atendimento

humanizado e prioritário de meninas vítimas de estupro na rede de saúde.

De acordo com o governo, a decisão do conselho busca garantir a aplicação de direitos já existentes em lei. “O PDL, ao anular essa orientação, cria um vácuo que dificulta o acesso dessas vítimas ao atendimento e representa um retrocesso em sua proteção”.

O Ministério das Mulheres ainda destaca que a decisão do Conanda tem relação com o “cenário alarmante” vivido no país. Entre 2013 e 2023, por exemplo, o Brasil registrou mais de 232 mil nascimentos de mães com até 14 anos.

“São gestações infantis decorrente de estupro de vulnerável. Embora a lei garanta o aborto legal em casos de estupro, milhares de meninas são forçadas à maternidade anualmente”.

Segundo o governo federal,

em 2023, apenas 154 meninas em todo o país conseguiram acessar esse direito.

Por outro lado, os autores da proposta na Câmara dos Deputados argumentaram que a norma extrapolaria a atribuição do conselho ao dispensar a apresentação de boletim de ocorrência policial, por exemplo.

Segundo a Resolução 258/24, a interrupção da gravidez não deverá depender de boletim de ocorrência, de decisão judicial autorizativa ou da comunicação aos responsáveis legais nos casos em que houver suspeita de violência sexual ocorrida na família.

Para os autores da proposta no Congresso, esse trecho contraria o Código Penal, que atribui aos pais ou responsáveis a decisão, por causa da incapacidade civil de crianças e adolescentes.

Outro ponto criticado pelos

deputados autores foi o trecho que considera como conduta discriminatória, e não objeção de consciência, a recusa do médico em realizar a interrupção da gestação por desconfiar da palavra da vítima de violência sexual.

IMPACTO

Em contraponto, o Ministério das Mulheres destacou que a gestação forçada é a maior causa de evasão escolar feminina e leva à morte de uma menina por semana no Brasil.

O governo ainda ponderou que a resolução do Conanda não ultrapassa suas funções nem cria novos direitos.

“Apenas detalha como aplicar a lei para salvar vidas. Suspender esta medida é fechar os olhos para a violência e falhar com as meninas brasileiras”, apontou o Ministério das Mulheres em nota.

MPE

Pablo Marçal é denunciado por injúria e difamação contra Datena

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O Ministério Público Eleitoral (MPE) paulista formalizou denúncia contra o empresário e influenciador digital Pablo Marçal por injúria e difamação. Marçal foi candidato à Prefeitura da capital paulista em 2024, com uma campanha marcada por acusações e postura de embate direto

contra alguns dos demais candidatos.

A denúncia do MPE está relacionada a transmissões ao vivo e publicações feitas por Marçal em seu perfil na rede social Instagram, quando "proferiu expressões e acusações ofensivas à honra e à reputação" do também candidato José Luiz Datena.

Na ocasião o chamou de “agressor de mulheres”, “assediador sexual” e “comedor de açúcar”, além de afirmar que o jornalista “comprou o silêncio de uma menina” em um suposto caso de assédio sexual.

Na denúncia se considera que as declarações tinham intuito eleitoral. Segundo o promotor Cleber Masson, as ofen-

sas, ocorridas em setembro de 2024, "configuram crimes de injúria e difamação com causa de aumento de pena por terem sido praticadas com finalidade de propaganda eleitoral e por meio de rede social. A denúncia requer, além da condenação, a fixação de valor mínimo para reparação dos danos morais causados à vítima".

DESCASO

Justiça vê omissão da prefeitura de SP na prevenção de enchentes

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Justiça de São Paulo determinou que a prefeitura da capital paulista faça um plano contra enchentes que consiga enfrentar o problema de forma estrutural. Segundo sentença da juíza Alexandra Fuchs de Araujo, da 13ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), a administração municipal tem apresentado deficiência grave e omissão continuada no enfrentamento dos problemas de drenagem urbana.

A decisão da justiça foi motivada por uma ação civil pública movida contra o município pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de São Paulo.

“No caso em tela, verifica-se a

deficiência grave e a omissão continuada do serviço [de enfrentamento dos problemas de drenagem urbana], o que justifica a atuação jurisdicional”, diz o texto da sentença, publicado no último dia 23.

“A persistência do problema de inundações, a recorrência anual dos mesmos pontos de alagamento e a própria existência de planos emergenciais anuais, como o Plano Preventivo Chuvas de Verão, demonstram que as ações empreendidas têm caráter reativo e pontual, sem uma estratégia integrada e de longo prazo que permita a efetiva solução estrutural do problema”, acrescenta a sentença.

A Justiça decidiu obrigar o município a elaborar um plano de combate às enchentes para a

solução estrutural do problema, contendo identificação das áreas críticas e hierarquização dos riscos; descrição detalhada das obras e intervenções a serem realizadas, incluindo não apenas obras de engenharia, mas também medidas de gestão urbana, controle de ocupação do solo, preservação de áreas permeáveis e outras ações necessárias; estimativa de custos; cronograma de execução; identificação das fontes de recursos; e compromisso de incluir nas propostas.

Segundo a decisão da Justiça, o novo plano deverá ser apresentado em três etapas, com prazos de 60, 120, e 180 dias, contados a partir do trânsito em julgado da sentença. As ações deverão ser implementadas, respectivamente, em prazos de

dois anos; de dois a cinco anos; e em 15 anos.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo disse que irá recorrer da decisão. A administração municipal afirmou ainda “lamentar que a Justiça desconheça os investimentos de mais de R\$ 9 bilhões em ações de combate às enchentes desde 2021 e que o Plano Municipal de Riscos está publicado e em execução”.

Segundo a nota, as licitações para a execução de obras em 15 áreas prioritárias previstas no plano de riscos já foram iniciadas e, atualmente, 127 projetos estão finalizados para a mitigação de riscos geológicos e hidrológicos em regiões críticas. “O primeiro bloco de intervenções do plano contempla 121 áreas e representa investimentos de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão”.

em que o papa Francisco expressou sua posição também contrária ao título de "Corredentora", afirmando que Maria "jamais quis reter para si algo do seu Filho".

"Nossa Senhora não quis tirar nenhum título a Jesus. Ela não pediu para ser uma quase-redentora ou corredentora: não. O Redentor é um só e este título não se duplica. Cristo é o único Redentor: não existem corredentores com Cristo. Porque o sacrifício da Cruz, oferecido com coração amante e obediente, apresenta uma satisfação superabundante e infinita", afirmou papa Francisco ainda em 2020.

O documento publicado nesta terça examinou ainda outros títulos marianos (relacionados a Maria), como "mediadora".

INSS

Relator de CPMI: corruptos devem ser tratados como mortos

RAISA TOLEDO/AE

O deputado Alfredo Gaspar (União-AL), relator da CPMI do INSS, elogiou na segunda-feira, a atuação da polícia na megaoperação contra o Comando Vermelho realizada nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, que deixou 121 pessoas mortas. Ele afirmou que políticos "corruptos" deveriam receber o mesmo tratamento.

"Eu acho certo, quero bater palmas para a polícia do Rio de Janeiro, que bandido que não respeita a polícia é chumbo mesmo. Mas eu tenho uma pena da polícia não ter a mesma autorização para fazer isso nos corruptos com poder. O povo quer justiça igualitária, ou seja, para corrupto, forca. Para corrupto, o mesmo tratamento de bandido perigoso", disse o deputado.

A declaração foi dada durante a oitiva de Abraão Lin-

coln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA). A organização é investigada por suspeita de descontos indevidos em aposentadorias, com faturamento estimado em R\$ 221 milhões. Abraão Lincoln foi preso e depois liberado sob fiança.

Criada há quase três meses, a CPI passa a dividir agora os holofotes com uma nova comissão parlamentar, a do Crime Organizado, instalada pelo Senado na terça-feira passada. O tema está em evidência depois da megaoperação no Rio de Janeiro e deve ser central nas eleições de 2026.

O relator Alfredo Gaspar afirmou ao Estadão que não acredita em esvaziamento ou teme a concorrência com a nova CPI. "São temas distintos, ambas as CPIs são importantes para o futuro da nação. O importante é que tenhamos resultados concretos", disse.

OPERAÇÃO

PF recupera R\$ 45 milhões roubados de correntistas da Caixa

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Polícia Federal, com apoio do Ministério Público Federal (MPF), realizou ontem uma operação contra uma organização criminoso interestadual, com núcleos no Rio de Janeiro e em São Paulo, que desviava recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Auxílio Emergencial de contas da Caixa Econômica Federal (CEF)

Cerca de 100 policiais federais saíram às ruas para cumprir 27 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos municípios fluminenses de Rio de Janeiro e Niterói. Em São Paulo, as buscas foram na capital, em Várzea Paulista, Indaiatuba e Salto. As investigações prosseguem para identificar todos os envolvidos e garantir a responsabilização dos autores do crime.

A Justiça Federal determinou também o sequestro de bens no valor de aproximadamente R\$ 45 milhões e impôs medidas cautelares para 21 investigados, como recolhimento de passaporte, proibição de ausentar-se do país e do estado, além de ficarem proibidos de manter contato com os demais investigados e precisarem comparecer mensalmente em Juízo, para informar e justificar suas atividades.

O grupo criminoso atuava por meio da obtenção ilícita de dados sigilosos de beneficiários e correntistas da Caixa Econômica Federal e falsificação de documentos, viabilizando o acesso indevido às contas bancárias das vítimas. Os criminosos, então, realizavam saques fraudulentos e pagamentos de boletos digitais, subtraindo valores destinados a cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

A investigação identificou ainda que os autores das fraudes utilizavam conexões de internet registradas em nome de

terceiros para acessar, de forma não autorizada, as contas da Caixa, inclusive através do aplicativo Caixa Tem.

O delegado federal Renato Gentile, chefe da Delegacia de Crimes Cibernéticos da PF no Rio de Janeiro, disse que os R\$ 45 milhões bloqueados foram movimentados pela organização criminosa apenas nos últimos quatro anos. Além desses valores, foram apreendidos veículos, joias e outros objetos de luxo, além de celulares e outras mídias que serão periciadas e analisadas pelos policiais responsáveis pela investigação na Delegacia de Crimes Cibernéticos.

Os investigados foram indiciados pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e furto qualificado pela fraude. Além desses, são investigados os crimes de uso de documento falso, falsidade ideológica, peculato e furto.

POSICIONAMENTO

Em nota, a Caixa informou que monitora ininterruptamente seus produtos, serviços e transações bancárias, “para identificar e investigar casos suspeitos de fraudes, que possui estratégia, políticas e procedimentos de segurança para a proteção dos dados e operações de seus clientes e que dispõe de tecnologias e equipes especializadas para garantir segurança aos seus processos e canais de atendimento”.

Em caso de movimentação não reconhecida pelo cliente, o banco esclarece que é possível realizar pedido de contestação em uma das agências do banco, portando documentos de identificação. As contestações são analisadas de forma individualizada e considerando os detalhes de cada caso e, para os casos considerados procedentes, o valor é ressarcido. Em conformidade com a Lei de Sigilo Bancário, o resultado é repassado exclusivamente ao cliente.

VATICANO

Papa Leão XIV afirma que Jesus é único Salvador

ADRIANA VICTORINO/AE

O Vaticano instruiu na terça-feira passada, os católicos do mundo a não se referirem a Maria como "corredentora", em uma nova instrução aprovada pelo papa Leão XIV. Segundo o decreto, a Igreja reconhece que Maria "cooperou" na obra redentora de Cristo, mas não atuou como uma mediadora.

“Levando em consideração a necessidade de explicar o papel

subordinado de Maria a Cristo na obra da Redenção, é sempre inoportuno o uso do título de Corredentora para definir a cooperação de Maria”, diz o texto.

O decreto aponta que o título de "corredentora" carrega um risco de "obscurecer a única mediação salvífica de Cristo", podendo causar "confusão e desequilíbrio na harmonia das verdades da fé cristã".

"Não há salvação em nenhum outro, pois não há debai-

xo do céu qualquer outro nome, dado aos homens, que nos possa salvar", acrescenta o texto.

"Não ajuda a exaltar Maria como primeira e máxima colaboradora na obra da Redenção e da graça, porque o perigo de obscurecer o lugar exclusivo de Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem por nossa salvação, único capaz de oferecer ao Pai um sacrifício de valor infinito, não seria uma verdadeira honra à Mãe".

O texto ainda cita momentos

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

EUA

Mamdani diz a Trump que Nova York está pronta para lutar

Zohran Mamdani não perdeu tempo após se tornar prefeito eleito da cidade de Nova York antes de se dirigir ao homem que ameaçou não apenas cortar o financiamento da cidade, mas também prendê-lo e deportá-lo, caso ele venesse.

"Donald Trump, já que sei que você está assistindo, tenho palavras para você: Aumente o volume", disse Mamdani, do Partido Democrata, ao presidente republicano no palco de sua festa de vitória no Brooklyn.

Ele também lançou um desafio direto ao presidente: "Se alguém pode mostrar a uma nação traída por Donald Trump como derrotá-lo, é a cidade que o gerou", pontuou.

Mamdani, que nasceu em Uganda e se tornou cidadão americano naturalizado após se formar na faculdade, passou a se apresentar como a personificação da resistência contra Trump, que tem seguido uma agenda agressiva de anti-imigração durante seu segundo mandato.

AEROPORTOS

Bélgica convoca reunião de emergência após avistamentos de drones

LARISSA BERNARDES/AE

O primeiro-ministro da Bélgica, Bart De Wever, convocou uma reunião de emergência do Conselho de Segurança Nacional após diversos drones serem vistos no espaço aéreo belga na noite de terça-feira passada. O encontro foi marcado para hoje, às 10 horas (horário local).

Segundo as autoridades locais, os equipamentos foram avistados sobre aeroportos e bases militares. Devido ao incidente, o tráfego aéreo do Aeroporto de Bruxelas teve de ser interrompido duas vezes na noite de ontem e dezenas de voos foram cancelados. O Aeroporto de Liège, um impor-

ante centro de transporte de cargas, também sofreu interrupções.

O ministro da Defesa do país, Theo Francken, afirmou durante uma reunião parlamentar nesta quarta-feira que o episódio "não foi obra de amadores" e que está investigando se pode solicitar auxílio aos países vizinhos.

"Está em linha com as técnicas híbridas observadas em outros países. Não se trata apenas de alguém que pilota um drone por acaso sobre uma instalação militar ou aeroporto... Há vários indícios de que isso foi organizado de forma muito estruturada", disse Francken.

TRUMP DERROTADO

Democrata Sherrill é eleita governadora de Nova Jersey

A deputada federal Mikie Sherrill foi eleita governadora de Nova Jersey na terça-feira passada, apontou a projeção da Associated Press, consolidando o controle democrata num estado dominado pelo partido, mas que vinha demonstrando sinais de inclinação à direita nos últimos anos. Sherrill, ex-piloto de helicóptero da Marinha e deputada federal por quatro mandatos, derrotou Jack Ciattarelli, que recebeu o apoio do presidente Donald Trump. O início da votação foi interrompido depois que autoridades de sete condados receberam ameaças de bomba por e-mail, posteriormente consideradas infundadas pelas autoridades policiais, afirmou a principal autoridade eleitoral do estado, a vice-governadora Tahesha Way. Um juiz concedeu uma prorrogação de uma hora em alguns locais de votação após um pedido dos democratas para três escolas que receberam ameaças de bomba por e-mail no início do dia.

Sherrill, de 53 anos, oferece algum alívio aos moderados dentro do Partido Democrata enquanto eles definem o caminho para as eleições de meio de mandato do ano que vem. Ex-promotora e veterana militar, Sherrill personifica um tipo de democrata centrista que busca atrair alguns conservadores, ao mesmo tempo que se alinha a algumas causas progressistas. Sua campanha se baseou em confrontar Trump e atribuir a culpa pelas preocupações dos eleitores com a economia às suas tarifas. Ela será a segunda governadora de Nova Jersey, depois da republicana Christine Todd Whitman, que governou entre

1994 e 2001. Sua vitória também garante aos democratas três vitórias consecutivas em eleições para governador em Nova Jersey pela primeira vez em seis décadas. A eleição para governador em Nova Jersey, realizada em anos ímpares - uma das duas únicas neste ano, juntamente com a Virgínia -, frequentemente girou em torno de questões locais, como impostos sobre a propriedade. Mas a campanha também serviu como um possível indicador do sentimento nacional, especialmente de como os eleitores estão reagindo ao segundo mandato do presidente e às mensagens dos democratas antes das eleições de meio de mandato de 2026.

Sherrill assume o cargo de governadora após quatro mandatos na Câmara dos Representantes dos EUA. Ela conquistou a cadeira em 2018, durante o primeiro mandato de Trump, revertendo um distrito tradicionalmente republicano em uma eleição na qual os democratas venceram todas as 12 cadeiras da Câmara do estado, com exceção de uma. Também estavam em disputa todas as 80 cadeiras da Assembleia, controladas pelos democratas com uma maioria de 52 cadeiras.

Nova Jersey não elege um republicano para o Senado dos EUA ou para a Casa Branca há décadas. O governo estadual, no entanto, costuma alternar entre os partidos. A última vez que o mesmo partido venceu uma terceira eleição consecutiva para governador em Nova Jersey foi em 1961, quando Richard Hughes venceu a disputa para suceder o governador Robert Meyner. Ambos eram democratas.

CLÁUDIA SHEINBAUM

Presidenta do México é vítima de assédio nas ruas da capital

A presidenta do México, Claudia Sheinbaum (foto), sofreu assédio sexual enquanto caminhava e cumprimentava cidadãos, na terça-feira passada, no centro histórico da Cidade do México, a poucos metros do Palácio Nacional.

Imagens em vídeo que circulam na internet mostram o momento em que um homem se aproximou da presidente e a tocou, tentando beijá-la no pescoço, sem o seu consentimento.

Aparentemente embriagado, o homem foi detido pela equipe de segurança de Claudia Sheinbaum que, conforme mostram vídeos, aparentava estar tensa após o incidente.



WIKIPÉDIA

A presidente mexicana participaria do primeiro encontro nacional de Universidades e Instituições de Ensino Superior nas instalações do Ministério da Educação Pública (SEP). Ela, então, decidiu caminhar até o local, já que fica a poucos quarteirões do Palácio Nacional.

Foi durante essa caminhada pelo movimentado centro da Cidade do México que o homem, aproveitando-se do fato de outros cidadãos estarem cumprimen-

tando Claudia, aproximou-se dela e tentou beijar seu pescoço e, em seguida, abraçá-la por trás.

Horas depois, as autoridades federais confirmaram que prenderam o assediador, identificado como Uriel Rivera Martínez, e o encaminharam à Procurado-

ria da Cidade do México para Crimes Sexuais.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (Inegi), citado por agências internacionais, mais de 70% das mulheres mexicanas com mais de 15 anos sofreram

pelo menos um tipo de violência, como psicológica (52%), física (35%) ou sexual (48%).

No entanto, organizações e autoridades estimam uma subnotificação ou "número oculto" de mais de 90% devido a casos não denunciados.

ATAQUE SEM RAZÃO

Donald Trump critica reunião do G20 na África do Sul

LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, criticou ontem, a presidência do G20 pela África do Sul e sinalizou que não irá ao encontro, previsto para acontecer entre 22 a 23 de novembro.

"A África do Sul não deveria mais fazer parte do G20, ou de qualquer grupo G, com tudo o que está acontecendo lá", afirmou ele, ao discursar no fórum

America Business, em Miami.

Ao longo deste ano, Trump criticou diversas vezes o que chamou de "genocídio" contra minoria branca na África do Sul. Contudo, nesta quarta-feira, os comentários aconteceram em um contexto de críticas generalizadas ao que Trump classificou como "fracasso de gestões socialistas" ao redor do mundo e seus "temores" de que o mesmo aconteça em Nova York, sob

gestão do prefeito recém-eleito Zohran Mamdani.

"Democratas colocaram um comunista no comando da maior cidade do planeta. Mas veja a Cuba comunista e a Venezuela socialista, e como funciona bem", ironizou. "Acompanhamos de perto e estamos vendo o que acontece na África do Sul e na América do Sul", acrescentou.

Sobre os resultados das eleições regionais dos EUA, Trump

alertou que elas representam um "perigo" para o país, caso representem uma retomada de lideranças políticas democratas.

"A gestão Biden nos deu gastos massivos, disparou a inflação e abriu fronteiras para aliens. Estamos em perigo de ter isso de novo depois das eleições de ontem", disse. "Enquanto eu estiver no poder, os EUA não serão comunistas de maneira nenhuma".

ARMAMENTO

Putin ordena análise sobre retomada de testes nucleares

PEDRO LIMA/AE

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, determinou ontem, que ministérios e serviços de inteligência preparem uma análise sobre um possível início de trabalhos voltados à retomada de testes nucleares, após declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o tema. A decisão foi anunciada durante reunião do Conselho de Segurança russo, após o Parlamento expres-

sar preocupação com o que considerou uma escalada de riscos globais.

"A Rússia sempre cumpriu rigorosamente o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares e não temos planos de abandoná-lo", afirmou Putin. "Mas, se os EUA ou outros países realizarem tais testes, a Rússia tomará medidas adequadas em resposta", acrescentou.

O ministro da Defesa, Andrei Belousov, disse que as ações dos EUA "evidenciam um aumento

ativo de seu potencial ofensivo estratégico" e defendeu o início imediato de preparativos para testes nucleares em "escala total". Segundo ele, o campo de testes no arquipélago russo de Nova Zembla, no Oceano Ártico, estaria pronto para uso em curto prazo.

Belousov e o chefe do Estado-Maior, Valery Gerasimov, relataram que Washington conduz "uma modernização acelerada" de seu arsenal, citando o míssil intercontinental Sentinel e o

bombardeiro B-21 Raider, além de exercícios recentes que simularam ataques nucleares preventivos.

Putin ordenou que o Ministério das Relações Exteriores, o da Defesa e os serviços de segurança reúnam informações adicionais e apresentem propostas ao Conselho de Segurança. "Devemos agir de forma adequada e garantir a segurança do país em qualquer circunstância", concluiu o presidente.

COSTA DO ATLÂNTICO

Atropelamento deixa feridos em ilha turística da França

Um motorista atropelou deliberadamente pedestres e ciclistas ontem, entre duas cidades vizinhas na Île d'Oléron, uma tranquila ilha francesa popular entre turistas na costa do Atlântico, ferindo nove pessoas antes de ser preso, disseram autoridades.

Dois dos feridos ficaram em estado crítico, disse o ministro do Interior, Laurent Nuñez. Ele

afirmou que uma investigação estava em andamento para apurar os fatos.

"Estamos extremamente chocados", disse o prefeito de Dolus-d'Oléron, Thibault Breckhoff na BFM-TV. "Todos os serviços municipais estão totalmente mobilizados.

Dois helicópteros foram para o local para transportar os que estavam mais gravemente feri-

dos para Poitiers." Breckhoff disse que ele mesmo ligou para a mãe de uma das vítimas feridas. "Você nunca está preparado para anunciar notícias como esta", disse ele.

Christophe Sueur, o prefeito da vizinha Saint-Pierre-d'Oléron, disse que a frente do carro usado pelo suspeito estava "completamente destruída".

Ele afirmou que parecia que o

motorista tinha como objetivo atingir o maior número de pessoas possível e "estava plenamente ciente do que estava fazendo".

Disse que o homem era conhecido localmente por infrações menores, sem nenhuma marcação de radicalização.

Os incidentes ocorreram ao longo de áreas à beira da estrada entre as duas cidades, com os primeiros chamados por volta das 9 da manhã (horário local), de acordo com a mídia francesa. Reportagens locais identificaram o suspeito como um nacional francês de 35 anos residente em La Cotinière, uma pequena vila de pescadores na costa oeste da Île d'Oléron.